



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

APRESENTAÇÃO:
A Administração do (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), divulga, o Relatório da Administração e as Informações trimestrais Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com os padrões e práticas contábeis oriundos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
A Companhia iniciou-se com a aquisição do H. Anchieta pela Kora Saúde em maio de 2021. O H. Anchieta é considerado um dos maiores hospitais do Distrito Federal e do país, sendo reconhecido por sua excelência médica, instalações modernas com equipamentos tecnológicos de última geração. Além disso, oferece uma jornada completa para os seus pacientes, que inclui desde atendimentos no pronto-socorro e internações de diversas especialidades, até unidades de terapia intensiva (UTI) e serviços oncológicos. Junto a aquisição do H. Anchieta, foi adquirido o **Centro de Diagnósticos Anchieta** (CDA), centro que engloba um laboratório de análises clínicas e exames de imagem localizado dentro do hospital, proporcionando laudos seguros e precisos aos pacientes.
Em janeiro e abril de 2022, a Companhia fez mais duas aquisições, sendo elas respectivamente: (i) o **H. São Francisco**, referência em alta complexidade na região de Ceilândia-DF, que se destaca por oferecer uma UTI abrangente, além de salas de cirurgia e consultórios ocupados por diversas especialidades médicas, laboratório, hemodinâmica, radiologia e ala de maternidade; e (ii) o **Instituto de Radioterapia de Taguatinga** (IRT), clínica especializada em radioterapia oncológica avançada que atua no tratamento do câncer.
Desde as aquisições mencionadas acima, a Companhia vem crescendo os seus negócios. Em 2023, reportou uma **receita consolidada de R\$ 560,7 milhões**, crescimento de 52% vs. 2021, reflexo das seguintes iniciativas: (i) atração de novas equipes e especialidades médicas; (ii) credenciamento de novas fontes pagadoras; (iii) aumento da complexidade; (iv) investimentos em instalações modernas com equipamentos tecnológicos de última geração; e (v) ramp-up do setor de oncologia.
Ao todo, a Companhia administra **309 leitos operacionais** na região de Taguatinga (DF) e Ceilândia (DF), com medicina de qualidade e solução completa de serviços para as fontes pagadoras, médicos e pacientes. Os hospitais que fazem parte da Companhia se destacam pela **excelência no atendimento** e são reconhecidos por sua **qualidade e segurança operacional**. Durante 2023, o H. Anchieta obteve selos de excelência, como “UTI Top Performer” e Acreditação ONA Nível 3, enquanto o H. São Francisco alcançou reconhecimento pela excelência em sua Unidade de Terapia Intensiva e pela Acreditação ONA Nível 3.
No 4T23, a Companhia iniciou o processo de unificação de seus Hospitais para a marca Anchieta - referência de qualidade e resolutividade para a população local. Com a unificação, o Hospital São Francisco de Brasília será convertido em Hospital Anchieta Ceilândia.

AGRADECIMENTOS
Por mais um trimestre, a Companhia reporta resultados consistentes com sua estratégia de crescimento e consolidação, seguindo confiante na trajetória escolhida. Agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação contínua e aos nossos investidores, credores e demais stakeholders pela confiança em 2023.

Antonio Benjamim **Elias Leal**
Diretor Presidente Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.618	16.386	43.868	23.319
Contas a receber de clientes	6	200.131	134.808	257.623	176.230
Estoque	7	13.870	13.234	18.067	17.782
Outros ativos	8	21.426	18.606	23.356	22.897
Total do ativo circulante		264.045	183.034	342.914	240.228
Não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	9	54.047	114.245	33.227	71.833
IR e CS diferidos	10	63.505	43.290	58.334	43.290
Outros ativos	8	8.497	5.314	11.207	8.031
Investimentos	11	49.562	63.401	-	-
Imobilizado	12	24.784	443.557	260.820	672.618
Direito de uso	13	309.981	-	313.092	-
Intangível	14	977.337	919.859	1.090.119	1.064.256
Total do ativo não circulante		1.487.713	1.589.666	1.766.799	1.860.028
Total do ativo		1.751.758	1.772.700	2.109.713	2.100.256

Passivo e patrimônio líquido					
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	9	54.047	114.245	33.227	71.833
IR e CS diferidos	10	63.505	43.290	58.334	43.290
Outros ativos	8	8.497	5.314	11.207	8.031
Investimentos	11	49.562	63.401	-	-
Imobilizado	12	24.784	443.557	260.820	672.618
Direito de uso	13	309.981	-	313.092	-
Intangível	14	977.337	1.919.859	1.090.119	1.064.256
Total do ativo não circulante		1.487.713	1.589.666	1.766.799	1.860.028
Total do ativo		1.751.758	1.772.700	2.109.713	2.100.256
		Controladora		Consolidado	

Patrimônio líquido					
Capital social	21	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucros	21	47.917	47.917	47.917	47.917
Prejuízos acumulados	21	(52.038)	(52.038)	(52.038)	(52.038)
Prejuízo do exercício		(78.386)	-	(78.386)	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas		368.784	393.150	368.784	393.150
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	9.621	7.774
Total do patrimônio líquido		368.784	393.150	378.405	400.924
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.751.758	1.772.700	2.109.713	2.100.256

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31/12/2023					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					

1. Contexto operacional
O Hospital Anchieta S.A. (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima por ações, domiciliada no Brasil e com sede na área especial 8/9/10, setor C Norte, Taguatinga, Brasília/DF. Tendo como atividade principal o atendimento hospitalar em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, serviços móveis de atendimento, atividade médica ambulatorial e outras atividades de atenção à saúde humana. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem o Hospital Anchieta e suas Controladas e Coligadas (“Grupo”). O Hospital Anchieta tem por objetivo suprir as demandas de saúde da comunidade e da região Centro- Oeste. O fato de oferecer um amplo mix de serviços médico-hospitalares torna o espaço um centro de referência em saúde, composto pelo prédio do Centro Médico Hospitalar Anchieta e pelo Centro de Excelência, que abriga, além do Hospital (compreendendo Pronto-Socorro, Internação, UTI Adulto, UTI Neonatal e Pediátrica, Centro Cirúrgico e Laboratório), um condomínio ambulatorial constituído de mais de 130 clínicas e consultórios, abrangendo as mais diversas especialidades, além de heliporto, centro de convenções e serviços de conveniência - praça de alimentação, farmácia, bancos, entre outros. Dentre as especialidades atendidas estão: Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Fisioterapia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia/Obstetrícia, Hemodinâmica/ Cirurgia Cardíaca, Laboratório de análises anatomopatológicas, Laboratório de análises clínicas, Medicina do sono, Medicina Nuclear, Neurologia, Neurologia/Neurocirurgia, Odontologia, Oftalmologia, Oncologia/ Hematologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Radiologia, Radioterapia, Reumatologia e Urologia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 15/03/2024. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia faz a apresentação do Fluxo de Caixa Inadireto, individual e consolidado. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA),

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA
Em 2023, a **receita líquida consolidada totalizou R\$ 560,7 milhões**, representando um crescimento de faturamento de 52% quando comparado ao 2021. Esse crescimento foi impulsionado pela **aquisição do H. Anchieta Ceilândia** em jan/22, **aquisição do IRT** em abr/22, e pelas seguintes iniciativas realizadas no H. Anchieta: (i) crescimento da sua UTI adulta para 87 leitos; (ii) crescimento de exames de imagem de 64% no 4T23 vs. o 4T21; (iii) crescimento dos tratamentos oncológicos e na linha de cuidado neuro-cardiológico; (iv) aumento do número de exames laboratoriais no Centro Diagnóstico Anchieta (CDA); (v) credenciamento de novas fontes pagadoras; (vi) taxa de ocupação acima de 85%; e (vii) 75.086 pacientes- dia em 2023, crescimento de 24% vs. 2021.

CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADOS
Em 2023, as despesas gerais e administrativas e os custos dos serviços prestados consolidados totalizaram R\$492,2 milhões, representando 87,8% da receita líquida e crescimento de 7,1 p.p. em relação à 2022. O aumento nos custos e despesas está relacionado principalmente ao: (i) aumento da rubrica de depreciação e amortização; (ii) à pressão inflacionária; (iii) aumento da rubrica de serviços de terceiros; e (iii) *run-rate* das aquisições realizadas em 2022.

R\$ milhares	2023	2022	Δ%
Receita Líquida	560.733	562.022	0%
Pessoal	-115.054	-115.348	0%
Materiais e Medicamentos	-91.735	-105.894	-13%
Serviços de terceiros	-157.971	-137.223	15%
Utilidades e serviços	-40.627	-15.205	167%
Aluguéis	-2.994	-8.824	-66%
Viagens e hospedagens	-7.322	-4.575	60%
Depreciações e amortizações	-76.025	-56.542	34%
Outros	-468	-9.767	-95%
Custos e despesas	-492.196	-453.378	8,6%
% da Receita Líquida	-87,8%	-80,7%	-7,1 p.p.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de contratos com clientes	22	432.641	440.056	560.733	562.022
Custo dos serviços prestados	23	(364.191)	(248.256)	(448.642)	(281.688)
Lucro bruto		68.450	191.800	112.091	280.334
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(16.335)	(97.378)	(43.554)	(171.690)
Resultado da equivalência patrimonial		(10.517)	(19.640)	-	-
Outras receitas, líquidas	25	11.740	2.287	12.568	813
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		53.338	77.069	81.105	109.457
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	26	4.211	17.930	5.360	18.987
Despesas financeiras	26	(150.371)	(171.136)	(164.925)	(194.256)
Resultado financeiro, líquido		(146.160)	(153.206)	(159.565)	(175.269)
Prejuízo antes do IR e da CS		(92.822)	(76.137)	(78.460)	(65.812)
Imposto de renda e contribuição social	19	14.436	24.101	3.029	14.707
Prejuízo do exercício		(78.386)	(52.036)	(75.431)	(51.105)
Participação de acionistas controladores		(78.386)	(52.036)	(78.386)	(52.036)
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.955	931
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)		(1,2485)	(0,9415)	(1,2485)	(0,9415)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício		(78.386)	(52.036)	(75.431)	(51.105)
Resultado abrangente do exercício					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas		-	-	-	6.843
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários					6.843
Total do resultado abrangente do exercício		(78.386)	(52.036)	(75.431)	(44.262)
Acionistas controladores				(78.386)	(52.036)
Acionistas não controladores				2.955	7.774
				(75.431)	(44.262)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro									
		Controladora e Consolidado							
		Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Participação atribuída aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido		
Em 01/01/2022		55.270	66.773	2.292	-	124.335	124.335	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	(52.036)	(52.036)	931	(51.105)	-	-
Ajuste de variação no patrimônio líquido de controladas/coligadas		-	-	-	-	-	-	6.843	6.843
Aumentos de capital		342.001	-	-	342.001	-	342.001	-	-
Ajuste sobre incorporação reversa		-	(21.150)	-	(21.150)	-	(21.150)	-	-
Em 31/12/2022		397.271	45.623	2.292	393.150	7.774	400.924	-	-
Em 01/01/2023		397.271	45.623	2.292	393.150	7.774	400.924	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	(78.386)	(78.386)	2.955	(75.431)	-	-
Aumentos de capital		54.020	-	-	54.020	-	54.020	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.108)	(1.108)	-	-
Em 31/12/2023		451.291	45.623	2.292	368.784	9.621	378.405	-	-

individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As *IFRS*s não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, pelas *IFRS*s, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. **(c) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Hospital Anchieta tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Hospital Anchieta tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*). As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo, suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(e) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

EBITDA CONSOLIDADO
Em 2023, o EBITDA consolidado da Companhia totalizou R\$157,1 milhões. A margem EBITDA totalizou 28,0% em 2023, recuo de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do efeito mix na composição da receita e crescimento de custos com serviços de terceiros, parcialmente compensado por redução de custos com materiais e medicamentos.

R\$ milhares	2023	2022	Δ%
Lucro líquido	-75.431	-51.105	48%
Resultado financeiro	159.565	175.269	-9%
Imposto de renda e contribuição social	-3.029	-14.707	-79%
Depreciação e amortização	76.025	56.542	34%
EBITDA	157.130	165.999	-5,3%



clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.7. Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.8. Estoques:** Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Em 31/12/2023 e 2022, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. **2.9. Ativo indenizatório (presente no grupo "Outros Ativos"):** Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou determinado em cláusulas que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à mudança de controle serão de responsabilidade dos vendedores e serão reembolsados ou descartadas da parcela a prazo. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é composto principalmente por obras em andamento e equipamentos hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Em anos
Equipamentos hospitalares	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e outros equipamentos	3 a 8
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. 2.11. Intangível: Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios e capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.	

Grupo do ativo intangível
Software
Em anos
3

Direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação. **Ativo de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na nova mensuração taxas nominais observáveis. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Prazo de arrendamento:** A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. **Arrendador:** A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. A Companhia não identifica a necessidade de ajustes na contabilização dos seus subarrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos. **Taxa de desconto:** A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento, e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada, vide nota 13. A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 13. **2.12. Benefícios de empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal nas rubricas de custos de serviços prestados e gerais e administrativas, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. O Hospital Anchieta é parte em processos trabalhistas e civis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na expectativa de perda provável, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias: as principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de médicos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada, décimo terceiro salário, FGTS, rescisão indireta, multa do art. 477, multa do art. 467, reconhecimentos previdenciários e trabalhistas. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Ações cíveis: os processos de natureza civil estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionados às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis,

Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa demonstrada, vide nota 20. **2.15. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **2.16. Ações em tesouraria:** As ações em tesouraria representam as ações da Companhia que são adquiridas pela própria sociedade. A aquisição de ações de emissão própria e sua alienação são transações de capital da Companhia com seus Sócios, não devendo alterar o resultado. Não é permitido às Companhias adquirir suas próprias ações a não ser quando houver: • Operações de resgate, reembolso ou amortizações de ações; • Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento; e • Aquisição para diminuição do capital (limitado às restrições legais). O preço de aquisição de ações não poderá ser superior ao valor de mercado e, no caso de aquisição de ações que possuam prazo predeterminado para resgate, o preço de compra não poderá ser superior ao valor fixado para resgate. **2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.18. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações). **2.19. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*. **Ativos financeiros:** (a) **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. (b) **Reconhecimento e desconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (c) **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. (d) **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **2.20. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. (a) **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de coligadas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. (b) **Testes do ágio para verificação de impairment:** O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são demonstradas, vide nota 14. A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (realizada no mínimo uma vez ao ano, conforme necessidade), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2023 e 2022 não há indícios de *impairment*. **2.21. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. (a) **Componentes de serviços:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva, é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.22. Pronunciamento novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01/01/2023, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 26/ *IFRS Practice Statement 2*: Informação das políticas contábeis material a ser divulgada; • CPC 23/ *IAS 8*: Distinção das mudanças nas políticas contábeis de mudanças de estimativas contábeis. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.23. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • CPC 06/ *IFRS 16*: Requisitos na mensuração da responsabilidade de locação em uma transação de *sale and leaseback*; • CPC 26/ *IAS 1*: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • CPC 03/ *IAS 7* - CPC 40/ *IFRS 7*: Acordos de financiamento de fornecedores. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

3. Gerenciamento de riscos

3.1. Risco de mercado: As atividades do Hospital Anchieta expõem a diversos riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Hospital Anchieta se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Hospital Anchieta. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Hospital Anchieta. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Hospital Anchieta, para efetuar a gestão de risco global assim como para áreas específicas tais como: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos. (a) **Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** A Companhia possui empréstimos em moeda local, pré-fixado e/ou pós-fixado (sujeito à flutuação da taxa juros). Empréstimos com juros pré-fixados não são considerados riscos para a Companhia. O risco inerente de empréstimos pós-fixados surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com *ratings* em âmbito nacional de nível elevado. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado. (i) Contas a receber de clientes e ativos de contratos: A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a futurar). As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços de seus clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e perspectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. As perdas por *impairment* em conta a receber de clientes e as recuperações subsequentes são apresentadas na demonstração do resultado. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento. Com os contratos que possui *covenants*, monitora os principais índices econômicos a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. (d) **Risco cambial:** Os empréstimos da Companhia foram realizados em moeda nacional (R\$), dessa forma, não há impacto de variação cambial na Companhia. (e) **Análise de sensibilidade:** O Hospital Anchieta possui empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos, principalmente, à flutuação das taxas de juros. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de

caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 e BNDÉS em 31/12/2023, e os cenários II e III levam em consideração um incremento de 25% e 50%, respectivamente, nessa taxa.

A análise foi realizada para o período dos próximos 12 meses. Os resultados são como seguem:

Taxas	Cenário I - atual	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a.a.)	11.65%	14.56%	17.48%
IPCA+4.62%	16.27%	19.18%	22.10%
TLP (a.a.)	86.751	108.439	130.127
Despesas com juros projetadas para 2024	42.891	53.614	64.337
Aplicações financeiras			
Recursos da Companhia serão aplicados em Instituições Financeiras baseadas pelos seus ratings, na escala nacional. Segue abaixo a composição de dívida com instituições financeiras da Companhia, por rating:			

	31/12/2023		
	+ Dívida com instituições financeiras	% Aplicações financeiras	National Ratings S&P's
Banco	99.88%	0.00%	-
Instrumento à mercado	0.03%	45.30%	AAA
Santander	0.09%	0.00%	AAA
Banco do Brasil	0.00%	48.94%	AA
Banco Daycoval	0.00%	5.76%	A(bra) e AA (bra)
Outros			

3.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas tem de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. (a) **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A Companhia, através da Incorporação da holding Enseada do Suã adquiriu cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se não cumprirem com essas cláusulas restritivas. Os cálculos dos índices atrelados a cláusulas restritivas são avaliados periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31/12/2023, não foram verificados indícios de que a companhia não será capaz de cumprir integralmente as condições estabelecidas nos períodos de medição. As cláusulas restritivas que a Companhia está submetidas são: • Hospital Anchieta - 2ª Emissão Debêntures: A relação entre a dívida líquida e o EBITDA do Hospital Anchieta precisa ser igual ou inferior a 4,0, durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. O Hospital Anchieta se encontra adimplente com seus *covenants*. **3.3. Mensuração do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). (a) **Estimativa do valor justo em combinação de negócios:** O valor justo dos ativos em combinação de negócios foi estimado considerando a marca, acordo de não competição (*non-compete*) e os ativos imobilizados da adquirida. Para avaliação do ativo a valor justo da marca, foi utilizado a metodologia *Relief from Royalty -RfR* (o princípio básico do método *RfR* é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deve realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso dele. Com a aquisição deste ativo, a empresa eliminaria esses pagamentos). Para a análise do *Non-compete* a metodologia utilizada foi o *With or Without (Wow)* que é uma abordagem de renda que mede o valor de um ativo com base na diferença no valor justo de uma empresa que possui o ativo e uma empresa hipotética que não possui o ativo. Para determinação do valor justo do imobilizado foram utilizados os preçitos das normas vigentes, em que a valorização dos ativos teve como base cotações de preços de bens novos junto aos respectivos fabricantes. Sobre esses preços, foram adicionadas as parcelas de instalação/montagem, frete/seguro, administração, tubulações, automação e projetos de engenharia (quando aplicável), determinando assim a concepção atual de cada ativo, separadamente ou em conjunto, quando aplicável. Para o imóvel, o valor justo considerado foi o seu valor de locação, considerado valor justo por meio da análise de preço de mercado. O valor justo do acordo de contas a pagar em combinação de negócios foi estimado aplicando-se a abordagem de mercado e está classificado como nível 2 da hierarquia do valor justo. Trata-se da mensuração de valor justo do Nível 2. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O Hospital Anchieta reconhece a dívida com combinação de negócios e o ativo, oriundo de combinação de negócios, a valor justo (classificados como Nível 2). A tabela abaixo apresenta a posição do passivo da Companhia mensurado a valor justo:

Em 31/12/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo	-	450.794	-	450.794
Contas a pagar em combinação de negócios	-	450.794	-	450.794
Total do passivo	-	450.794	-	450.794
Em 31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Passivo	-	166.164	-	166.164
Contas a pagar em combinação de negócios	-	166.164	-	166.164
Total do passivo	-	166.164	-	166.164

Não houve transferência entre os níveis durante o exercício. A tabela a seguir apresenta as alterações dentro dos passivos de Nível 2 para o exercício findo em 31/12/2023 e de 2022:

Saldo inicial em 01/01/2022	Contas a pagar em combinação de negócios			
Perdas reconhecidas no resultado (I)	-	-	-	48.238
Aquisição do Serviço Hospitalares Yuge S.A.	-	-	-	71.845
Incorporação reversa da DKP Anchieta Holding Saúde	-	-	-	330.854
Aquisição do Instituto de Radiologia de Taguatinga	-	-	-	8.260
Reduções por liquidação	-	-	-	(8.403)
Saldo final em 31/12/2022	-	-	-	450.794
Saldo inicial em 01/01/2023	-	-	-	450.794
Atualização da parcela diferida	-	-	-	51.117
Ajuste de parcela diferida	-	-	-	2.620
Redução por compensação	-	-	-	(327.046)
Reduções por liquidação	-	-	-	(11.321)
Saldo final em 31/12/2023	-	-	-	166.164

(b) **Estimativa do valor justo em combinação de negócios:** A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos consolidados em 31/12/2023 e de 2022:

	Consolidado 31/12/2023				Consolidado 31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros	-	42.891	-	42.891	-	8.428	-	8.428

Passivo financeiro	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar em combinação de negócios (Nota 16)	-	166.164	-	450.794
Não houve transferência entre os níveis durante os exercícios.				

3.4. Instrumentos financeiros por categoria:	Controladora		Consolidado	
Ativos Financeiros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos ao custo amortizado				
Recursos em banco e em caixa - Nota 5	519	13.135	977	14.891
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	200.131	134.808	257.623	176.230
Contas a receber de partes relacionadas	54.047	114.245	33.227	71.833
	<u>254.697</u>	<u>262.188</u>	<u>291.827</u>	<u>262.954</u>
Passivos Financeiros				
Ativos ao custo amortizado				
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Depósitos bancários de curto prazo - Nota 5	28.099	3.251	42.891	8.428
	<u>28.099</u>	<u>3.251</u>	<u>42.891</u>	<u>8.428</u>

Ativos Financeiros	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Depósitos bancários de curto prazo - Nota 5	28.099	3.251	42.891	8.421
	28.099	3.251	42.891	8.421
	Controladora		Consolidada	
Passivos financeiros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	42.670	39.637	67.607	62.327
Contas a pagar com partes relacionadas	186.397	211.360	394.132	405.081
Contas a pagar por aquisição	70.478	365.104	166.164	450.794
Empréstimos	740.289	736.674	741.174	741.391
	1.948.815	1.952.715	1.682.263	1.658.593



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

mente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das interações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços prestabelecionados e valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato. Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. **Contraprestação variável:** A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período. **4.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período; **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Anualmente a Companhia através de seus assessores técnicos e independentes, avalia a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado; **(c) Taxas incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Hospital Anchieta utiliza a taxa incremental de juros (*Incremental Borrowing Rates - IBR*) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da *IFRS 16* permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Hospital Anchieta adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares; **(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** No mínimo uma vez ao ano, o Hospital Anchieta testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, conforme apresentada, vide nota 15. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios sobre os exercícios de 31/12/2023 e 2022, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda; **(e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada; e **(f) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	519	13.135	977
Depósitos bancários de curto prazo	28.099	3.251	42.891
	28.618	16.386	43.868
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras possuem remuneração entre 100% à 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Contas a receber de clientes	234.592	164.534	295.487
(-) Provisão para perda esperada	(34.461)	(29.726)	(37.864)
Contas a receber de clientes, líquidas	200.131	134.808	257.623
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Saldo inicial	(29.726)	(25.187)	(31.669)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber - Nota 25	(4.735)	(4.539)	(6.195)
Saldo em final	(34.461)	(29.126)	(31.864)
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Aging do contas a receber:

	Mais de 30 dias	Mais de 60 dias	Mais de 120 dias	Total
À vencer	em atraso	em atraso	em atraso	
Taxa de perdas esperadas - %	1%	8%	10%	100%
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	151.239	9.199	20.045	207.899
Provisão para perdas	(1.512)	(736)	(2.005)	(27.416)
	149.727	8.463	18.040	-
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022

Taxa de perdas esperadas - %	222.173	13.074	28.493	31.747	295.487
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes	(2.222)	(1.046)	(2.849)	(31.747)	(37.864)
Provisão para perdas	219.951	12.028	25.644	-	257.623
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022

7. Estoques

Os estoques são representados por material hospitalar e medicamentos segregados entre o almoxarifado central e farmácias localizadas nas principais acomodações dos hospitais.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Material hospitalar	8.006	7.679	10.195
Medicamentos	4.872	4481	6.472
Outros	992	1.074	1.400
	13.870	13.234	18.067
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Em 31/12/2023 e 2022, não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão. A seguir, a movimentação dos estoques:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Saldo Inicial	13.234	-	17.782
Adições	41.504	-	52.347
Consumo	(40.868)	-	(52.062)
Saldo final	13.870	-	18.067
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recuperar	2.647	7.956	4.934
Créditos tributários (i)	7.922	1.572	9.375
Adiantamentos (ii)	7.209	8.268	8.764
Dividendos a receber	3.366	44	-
Outras contas a receber	282	766	283
Total do ativo circulante	21.426	18.606	23.356
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Ativo não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Depósitos judiciais	-	-	3
Outras contas a receber	2.558	1.272	5.140
Ativo indenizatório (iii)	5.939	4.042	6.064
Total do ativo não circulante	8.497	5.314	11.207
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

(i) O saldo se refere a tributos retidos sobre a receita, retenção de aplicação financeira e saldos negativos de IRPJ e CSLL. (ii) O saldo se refere a adiantamentos para funcionários (férias e salário) e adiantamentos a fornecedores. (iii) Aumento decorrente de uma deterioração da classificação de riscos de processos judiciais, pré-existentis à época da aquisição, conforme nota explicativa 20.

9. Partes relacionadas

a) **Transações entre partes relacionadas:** As contas a receber de partes relacionadas se trata de transferências de recursos entre as empresas, sendo os principais saldos eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Tais saldos não são corrigidos e não têm prazo de vencimento e a expectativa de recebimento é substancialmente no exercício social subsequente.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Contas a receber de partes relacionadas	3.460	3.515	-
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	1.455	1.455	1.455
Hospital São Francisco S.A.	23.640	23.855	-
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	25.087	18.229	-
Itapua Participações Ltda.	405	405	405
Instituto de Neurologia de Goiânia Ltda.	-	66.786	31.367
Kora Saúde S.A.	54.047	114.245	33.227
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Ativo	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Contas a pagar a partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Maternidade Santa Úrsula Ltda.	1	1	1
Centro Diagnostico Anchieta Ltda.	21.843	12.999	-
Kora Saúde S.A.	164.553	198.360	394.131
	186.397	211.360	394.131
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

(b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração somente os integrantes da sua diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo, a diretores	1.888	-	1.101
	1.888	-	1.101
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo, a diretores	3.672	-	1.658
	3.672	-	1.658
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de impostos diferidos estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente. Os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativo de imposto diferido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.722	10.112	11.722
Provisão (reversão) para contingências	641	683	641
Agio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(116.082)	(53.204)	(116.082)
Prejuízos fiscais/base negativa	167.599	86.893	162.428
Provisão para repasses médicos	(602)	(3.412)	(602)
Demais diferenças temporárias	221	2.218	221
	63.505	43.290	58.334
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Passivo de imposto diferido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Receitas diferidas	23.643	17.863	33.495
	23.643	17.863	33.495
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Impostos diferidos (líquidos)

A expectativa de compensação do ativo de imposto diferido é como segue:	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativo de imposto diferido	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Entre um e dois anos	12.363	10.795	12.363
Entre dois e cinco anos	51.142	32.495	45.971
	63.505	43.290	58.334
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

11. Investimentos

A movimentação dos investimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Em 1º de janeiro	63.401	-	-
Aportes de capital em controladas	-	-	79.804
Resultado de equivalência patrimonial	(10.517)	-	(19.641)
Transferência de acervo líquido incorporado	-	-	3.236
Dividendos propostos	(3.322)	-	-
	49.562	-	63.401
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022

Nome	Adquirida	Local	Negócio	Relacionamentos	Direta	Indireta	Indireta
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	14/05/2021	Brasília/DF	Saúde	Controlada	75	-	75
Itapua Participações Ltda.	09/11/2021	Vitória/ES	Holding	Controlada	100	-	100
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	31/01/2022	Brasília/DF	Saúde	Controlada	-	100	-
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.	08/04/2022	Brasília/DF	Saúde	Controlada	-	100	-
	31/12/2022						

	Ativo	Patrimônio	Receita bruta	Resultado
Diretas	350.723	40.080	(22.436)	-
Itapua Participações Ltda.	36.689	31.095	20.830	3.728
Centro Diagnostico Anchieta Ltda.				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Diretas	349.600	20.701	(19.380)	-
Itapua Participações Ltda.	54.359	38.483	33.035	11.818
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.				
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Indiretas	89.030	12.546	132.979	6.302
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	12.635	3.448	7.873	(706)
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022

	Ativo	Patrimônio	Receita bruta	Resultado
Indiretas	109.460	26.651	134.524	14.106
Serviços Hospitalares Yuge S.A.	13.735	2.181	10.749	(1.267)
Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda.				
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022

12. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2022	611.557	31.818	86	69.953	713.414
Depreciação acumulada	(11.794)	(13.564)	(50)	(15.388)	(40.796)
Saldo contábil, líquido	599.763	18.254	36	54.565	672.618
Saldo inicial	599.763	18.254	36	54.565	672.618
Aquisições	3.131	373	-	4.741	8.245
Baixa	(377.380)	-	-	(377.380)	-
Transferências	18.627	(18.627)	-	-	-
Depreciação - Nota 23 e 24	(23.655)	-	(11)	(18.997)	(42.663)
Saldo contábil, líquido	220.486	-	25	40.309	260.820
Saldo em 31/12/2023	220.486	-	25	40.309	260.820
Custo	255.935	13.564	86	74.694	344.279
Depreciação acumulada	(35.449)	(13.564)	(61)	(34.385)	(83.459)
Saldo contábil, líquido	220.486	-	25	40.309	260.820
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

13. **Direito de uso e passivos de arrendamento**
A Companhia arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até 30 anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais. Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2023
Ativos de direito de uso		
Edificações	309.981	313.092
	<u>309.981</u>	<u>313.092</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	45.161	45.538
Não circulante	264.820	267.648
	<u>309.981</u>	<u>313.186</u>



Hospital Anchieta S.A.

CNPJ. nº 02.560.878/0001-07

A seguir, é apresentado a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2022	703.292
Divida assumida em combinação de negócio	920.994
Captação	126.331
Juros incorridos - Nota 26	(3.955)
Custos de transação	(936.415)
Amortizações de principal	(68.656)
Amortizações de juros	741.391
Saldo em 31/12/2022	741.391
Saldo em 01/01/2023	741.391
Custos de transação	1.086
Juros incorridos - Nota 26	106.124
Amortizações de principal	(3.754)
Amortizações de juros	(103.673)
Saldo em 31/12/2023	741.174

A seguir, é apresentado o vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado
Até um ano	27.989
Entre um e dois anos	279
Entre dois e cinco anos	712.906
	741.174

19. Imposto de renda e contribuição social

A seguir, é apresentada a composição do imposto de renda e contribuição social corrente:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto	(92.822)	(76.139)
Alíquota nominal combinada dos tributos	34%	34%
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais	31.559	25.887
Ajustes temporários	(14.436)	(22.573)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.613)	(1.549)
Provisão (reversão) para contingências	42	(71)
Receitas diferidas	4.306	6.334
Outras receitas (despesas)	7.277	4.906
Prejuízo fiscal e base negativa	(87.045)	(90.234)
Benefício fiscal - Goodwill	62.878	58.041
IFRS 16	(281)	-
Ajustes permanentes	17.123	1.786
Atual. valor justo sob comb. negócios (parc. diferida)	(2.304)	(859)
Amortização arrendamento - Ajuste AVP (IFRS 16)	-	(401)
Benefício fiscal - Goodwill /Mais Valia	24.183	4.562
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(1.353)	(222)
Resultado equiv. patrimonial controladas	(3.576)	(3.341)
Outras receitas (despesas)	173	2.047
Encargo fiscal	(14.436)	(24.101)
Alíquota efetiva - %	-16%	-32%
Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:	-4%	-22%

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Remensuração de imposto diferido	17.123	1.786
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.613	1.549
Provisão (reversão) para contingência	(42)	71
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não	(62.878)	(53.204)
IFRS 16	281	-
Prejuízos fiscais/ Base Negativa	87.045	86.893
Provisão para repasses médicos	(6.031)	(4.875)
Demais diferenças temporárias	(1.246)	-
	18.742	30.435

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Total do imposto diferido	14.436	24.101

A seguir, é apresentada a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto corrente	31.559	25.887
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	4.856
Total do imposto corrente	31.559	25.887
Imposto diferido	17.123	1.786
Geração e estorno de diferenças temporárias	(14.436)	(24.101)
Total do imposto diferido	(14.436)	(24.101)
Despesa de imposto de renda	(14.436)	(24.101)

20. Provisões para contingência

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários. A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como pro-

vável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: **(a) Processos com risco de perda provável:** A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A seguir, quadro sumário das contingências prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 01/01/2022	296	1.503	-	1.799
Adições de novos processo	487	644	508	1.639
Remensuração de processos	(332)	(561)	(3)	(896)
Adições de processos através da reestruturação societana	193	1.754	-	1.947
Em 31/12/2022	644	3.340	505	4.489
Em 01/01/2023	644	3.340	505	4.489
Adições de novos processo	211	20	-	231
Remensuração de processos (i)	(220)	(84)	-	(304)
Mudança de probabilidade	49	564	-	613
Em 31/12/2023	684	3.840	505	5.029

(i) Aumento decorrente de uma deterioração da classificação de riscos de processos judiciais, pré-existentis à época da aquisição. **(b) Processos com risco de perda possível:** Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Consolidado
	31/12/2023
Trabalhistas	10.338
Cíveis	15.028
Tributárias	687
	26.053

A natureza das provisões prováveis e possíveis podem ser sumariadas como segue: Contingências trabalhistas: A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas e prováveis, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Ações cíveis: Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar. Ações tributárias: Consta atos de infração alegando insuficiência de recolhimento e entrega de declaração lançamento ISS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31/12/2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 451.291 (R\$ 397.271 em 31/12/2022). **Aumento de capital:** Em 16 de janeiro de 2023, a acionista única Kora Saúde aprovou o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 397.270.539,26 (trezentos e noventa e sete milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos) para R\$ 451.290.539,26 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), representando um acréscimo de R\$ 54.020.000,00 (cinquenta e quatro milhões e vinte mil reais). Isso resultará na emissão de 7.513.212 (sete milhões, quinhentos e treze mil e duzentas e doze) novas ações nominativas, sem valor nominal. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável, e outros resultados abrangentes. **(d) Dividendos propostos:** As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. **(e) Resultado por ação Resultado básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado básico por ação	Ordinárias	Ordinárias
	(78.386)	(52.036)
	62.783	55.270
	(1.2485)	(0.9415)

Prejuízo atribuível aos acionistas Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada **Resultado básico por ação - Em reais**

Resultado diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui categorias de ações preferenciais com potencial conversão em ordinárias que poderiam gerar efeitos dilutivos.

	Valor
(f) Participação de Não Controladores:	
Controlada	% Participação no PL
	31/12/2023
Centro Diagnóstico Anchieta Ltda.	25%
	9.621
	7.774

	Diretores Responsáveis
Antônio Alves Benjamin Neto - Diretor Presidente	Elías Leal Lima - CFO e Diretor de Relações com Investidores
Luis Márcio Araújo Ramos - Diretor sem Designação Específica	Diogo Sandoval Fernandes - Contador Responsável - CRC MG 108410-0/9

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

petência alocado; bem como a avaliação das divulgações em notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as evidências do processo de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas de vendas com clientes são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras da Companhia. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

22. Receita líquida de contratos com clientes

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de prestação de serviços	475.092	478.865
Impostos sobre vendas	(26.157)	(23.964)
Provisão para Glosas	(16.294)	(14.845)
	432.641	440.056

23. Custo dos serviços prestados

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	70.754	41.082
Materiais e medicamentos	75.298	85.014
Serviços de terceiros	135.833	56.767
Utilidades e serviços	31.258	13.309
Aluguéis (i)	1.387	7.041
Depreciação (Direito de uso) - Nota 13	-	625
Depreciação - Nota 12	14.689	6.391
Amortização - Nota 14	34.972	38.027
	364.191	248.256

(i) Os aluguéis referem-se a locações de equipamentos e imóveis e possuem vigência inferior a 12 meses, não aderente aos critérios da norma de arrendamentos.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	5.911	33.613
Serviços de terceiros	3.678	56.767
Viagens e hospedagens	6.337	4.399
Outras despesas	409	2.599
Amortização - Nota 14	-	19.499
	16.335	97.378

25. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais	17.504	7.953
Total de outras receitas	17.504	7.953

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Nota 6	(4.735)	(4.539)
Provisão para contingências	(141)	(209)
Outras despesas operacionais	(888)	(918)
Total de outras despesas	(5.764)	(5.666)
Outras receitas (despesas)	11.740	2.287

26. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo (i)	3.063	12.000
Descontos obtidos	1.148	5.930
Total da receita financeira	4.211	17.930

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Despesa financeira	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários - Nota 18	-	-
Debêntures - Nota 18	(106.041)	(118.016)
Passivos de arrendamento	-	(556)
Atualização monetária da parcela diferida oriunda de combinação de negócios	(39.091)	(34.250)
Outras despesas financeiras	(4.617)	(18.314)
Total da despesa financeira	(150.371)	(171.136)
Resultados financeiros, líquidos	(146.160)	(153.206)

(i) A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com insignificante risco de mudança de valor, registrado no ativo circulante na rubrica "Caixas e equivalentes de caixa", para fins de gestão de caixa e a contrapartida é reconhecida no resultado financeiro.

27. Seguros

Em 31/12/2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Consolidado
	31/12/2023
Seguro patrimonial	42.809
Seguro automotivo	147
	42.956

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil. A suficiência da cobertura não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

28. Transação que não impactam caixa

	Consolidado
	31/12/2023
Impacto de novos contratos do direito de uso e do passivo	313.058
Remensuração dos contratos do direito de uso e do	142
	313.200

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas do **Hospital Anchieta S.A.** - Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do **Hospital Anchieta S.A. ("Hospital Anchieta" ou "Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do **Hospital Anchieta**, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Hospital Anchieta e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. BDO RCS Auditores Independentes, uma Companhia brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Reconhecimento de receita de vendas com cliente:** Conforme descrito na Notas Explicativas nº 2.21, 4.1(a) e 22, a Companhia registrou o valor de R\$433 milhões (Consolidado - R\$561 milhões), em 31 de dezembro de 2023, como receita de vendas a clientes de serviços médicos e hospitalares, incluindo medicamentos e materiais fornecidos, tanto a clientes particulares como de convênios, desde o momento de admissão do paciente até o momento da alta (em que novos serviços não são mais necessários). Para a determinação dos valores dessas receitas, a Companhia considera o valor justo da contraprestação recebida por parte do cliente, a partir da satisfação da obrigação de performance, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados, incluindo as receitas de contrato ainda não faturadas, segregados entre os dois tipos de clientes. Considerando que a mensuração dessa receita está amparada em estimativas desses valores justos, líquidos de eventuais glosas de parte desses serviços mensurados, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do valor justo dessas receitas, incluindo a estimativa das receitas não faturadas, bem como de eventuais glosas a serem consideradas em parcela desses serviços definidos; recebimento e teste de integridade dos arquivos operacionais que contemplam as volumetrias de serviços prestados; a análise das glosas mensuradas pelos resultados históricos auferidos; entendimento e avaliação do processo de emissão das faturas aos convênios; testes, em bases amostrais, de existência das faturas emitidas, de liquidação financeira, do período de com-

financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	Brasília, 28 de março de 2024.
BDO	BDO RCS Auditores Independentes Ltda SS - CRC 2 DF 002567/F
	Fabiano de Oliveira Barbosa - Contador - CRC 1 DF 015827/O-3

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 28/03/2024

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: